

GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: AVANÇOS E DESAFIOS

Wivian Weller

Universidade de Brasília
wivian@unb.br

Cláudia Denis Alves da Paz

Universidade de Brasília
claudiadenis@terra.com.br

Resumo: Este artigo apresenta ações relacionadas às políticas públicas educacionais voltadas para raça/etnia, gênero e sexualidade desenvolvidas nas últimas duas décadas. A criação de órgãos (SPM, SEPPIR, Secad) possibilitou a criação de programas e ações voltados para formação de professores/as, visando contribuir para a redução das desigualdades nos diferentes níveis de ensino. No ano de 2008 foi criada a Rede de Educação para a Diversidade. Gênero e Diversidade na Escola foi um dos cursos oferecidos pela rede. Percebe-se um esforço no sentido de promover um debate sobre essas questões assim como projetos voltados para a valorização e o respeito às diferenças no âmbito das instituições escolares.

Palavras-chave: relações étnico-raciais; diversidade de gênero; orientação sexual.

INTRODUÇÃO

A última década do século passado registra avanços no sistema educacional brasileiro no que diz respeito à inclusão dos assim denominados *temas transversais* – gênero, raça/etnia e sexualidade –, que foram incluídos nos documentos que regem a educação, ainda que formulados de forma bastante genérica, por meio de frases como “respeito à liberdade e apreço à tolerância” (LDB N° 9.394). Essas mudanças aconteceram por pressão dos organismos internacionais (Nações Unidas e Banco Mundial), mas também refletem as reivindicações e lutas dos movimentos sociais, especialmente do movimento negro (s. Santos, 2008). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394 – promulgada em 20 de dezembro de 1996 ampliou a autonomia das escolas e possibilitou a inserção de novos conteúdos curriculares tanto na escola como na formação dos/as professores/as (s. Cavalleiro, 2008). A partir da nova lei foram criados os parâmetros curriculares para o ensino fundamental (antigo primeiro grau) em 1997 e para o ensino médio (antigo segundo grau) em 1999, ou seja, diretrizes gerais sobre os conteúdos a serem ministrados nas diferentes disciplinas, permitindo às escolas maior grau de autonomia quanto à organização e forma de socialização desses conhecimentos.

Com a mudança de governo em 2003, verifica-se um aumento de ações e de debates em torno da necessidade de políticas educacionais voltadas para a promoção da equidade de gênero, da superação das desigualdades étnico-raciais e regionais, de enfrentamento do racismo e do preconceito em relação aos negros, homossexuais e outros grupos identitários, assim como de políticas públicas para adolescentes e jovens. A criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

(SEPPIR), e, no âmbito do Ministério da Educação, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) representam esforços no sentido de traçar políticas e propostas educacionais que possam efetivamente contribuir para a redução das desigualdades de gênero, étnico-raciais e de classe nos diferentes níveis de ensino. No ano de 2005 foi criada a Secretaria Nacional de Juventude que têm buscado, entre outras propostas, re-inserir os jovens que se encontravam fora da escola e do mercado de trabalho formal (que em sua maioria são jovens negros do sexo masculino) em programas de elevação da escolaridade articulados com cursos de formação profissional por meio de um programa denominado PROJOVEM (s. www.projovem.org.br).

O caminho escolhido pelo novo governo para a inserção das demandas da sociedade civil nas diretrizes educacionais se deu por meio da criação de Fóruns e Conselhos constituídos por representantes de governo e dos movimentos sociais, assim como pela organização de conferências estaduais e nacionais a partir das quais foram elaboradas uma série de reivindicações no campo da educação, saúde, cultura, segurança, entre outros. Desde o ano de 2004 realizou-se na capital do país uma série de conferências, entre outras: a 1ª e 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2004 e 2007), a 1ª e 2ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2005, 2009), a 1ª Conferência Nacional de Juventude (2008) e 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT (2008).

Garantir a implementação das proposições elaboradas nessas conferências – de forma que sejam revertidas em ações concretas e em políticas educacionais que realmente respondam às necessidades das mulheres, da população negra, indígena e jovem, considerando as diferentes identidades, pertencimentos regionais assim como o direito de participar nas definições dessas políticas –, apresenta-se atualmente como um grande desafio. Não se trata apenas de ampliar o número de vagas públicas e gratuitas na educação básica e superior a fim de garantir o acesso de uma parcela significativa de jovens que não atingem esses níveis de escolaridade e de formação, mas de corrigir problemas recorrentes nas escolas e em outros espaços de formação, dentre os quais podemos citar o despreparo e, em alguns casos, desinteresse dos/as gestores/as, diretores/as, professores/as e demais profissionais da educação em relação às políticas focadas nas questões de gênero, de orientação sexual e no combate das discriminações étnico-raciais.

A ESCASSEZ DE ESTUDOS E DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS COM ENFOQUE DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O desenvolvimento de ações concretas implica também em um sistema de acompanhamento e avaliação, assim como de estudos teóricos e pesquisas empíricas que possam contribuir para a fundamentação dos programas educacionais voltados para a redução das desigualdades de gênero, étnico-raciais, da discriminação e do preconceito em relação às mulheres, afrodescendentes e homossexuais. No entanto, estudos e pesquisas a respeito dessas temáticas ainda são escassos no campo da educação ou não foram suficientemente desenvolvidos. De acordo com Vianna e Unbehaum (2004:78-79):

Poucas são as investigações que abordam o impacto da discriminação de gênero nas políticas públicas educacionais, tais como a persistência da discriminação contra as mulheres expressa em materiais didáticos e currículos, a limitação ao acesso à educação e permanência na escola, sobretudo das jovens grávidas, bem como o fracasso escolar que marca de maneira distinta a trajetória escolar de meninos e meninas. A escassez dessa abordagem espelha-se na raridade de análises densas sobre a discussão acerca da igualdade entre homens e mulheres prevista na Constituição Federal de 1988.

Os desafios para a implementação dessas temáticas nos currículos de Pedagogia, nos programas de Pós-graduação em Educação e de formação continuada dos/as professores/as ainda são muitos. Conseqüentemente, são poucos os/as profissionais da educação básica – que compreende a educação infantil (0 a 5 anos), o ensino fundamental (6 a 14 anos) e o ensino médio (15 a 17 anos) –, preparados para lidar com as discriminações de gênero e de orientação sexual, sobretudo no âmbito das escolas:

Nas escolas, as relações de gênero também ganham pouca relevância entre educadores e educadoras, assim como no conteúdo dos cursos de formação docente. Ainda temos os olhos pouco treinados para ver as dimensões de gênero no dia-a-dia escolar, talvez pela dificuldade de trazer para o centro das reflexões não apenas as desigualdades entre os sexos, mas também os significados de gênero subjacentes a essas desigualdades e pouco contemplados pelas políticas públicas que ordenam o sistema educacional (op cit.: 79).

A inexistência de “olhos treinados” para essas questões parece estar relacionada, por um lado, à preocupação com temas emergentes tais como a falta de profissionais qualificados, a desvalorização da carreira, a falta de segurança para professores/as que trabalham nas periferias urbanas, a violência dentro e fora da escola, a depredação das instalações físicas, entre tantos outros problemas, que têm demandado grande parte das atenções e energias de professores/as, diretores/as, conselheiros/as e gestores/as das políticas educacionais. Por outro, existe uma concentração de esforços nos programas voltados para a inclusão de crianças e jovens distantes das instituições formais de ensino, bem como de pesquisas de avaliação do desempenho ou rendimento escolar medidos pelo índice de desenvolvimento humano (IDH) e índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB).

A ausência ou pouca visibilidade da agenda de gênero nas políticas educacionais (s. Madsen, 2008) costuma ser justificada ainda por meio das estatísticas que apontam resultados positivos para as estudantes do sexo feminino, uma vez que se constituem como grupo majoritário nas escolas a partir da 5ª série do ensino fundamental, atingem notas mais elevadas praticamente em todas as avaliações realizadas e apresentam menores índices de repetência e de abandono da escola (s. sinopses estatísticas realizadas pelo INEP). Na perspectiva de muitos gestores/as, diretores/as e professores/as as discriminações de gênero não impedem as meninas e jovens de estarem na escola, e, portanto, não há necessidade de uma mudança nas políticas educacionais no sentido de promover debates e ações que promovam a igualdade de gênero e de combater distintas formas de discriminação em relação às mulheres.

Brasil - Número de aluno(a)s e estudantes por sexo em 2008			
	TOTAL	FEMININO	%
Ensino Fundamental - EF (1º ao 4º ano)	17.385.472	8.216.869	42,26
Ensino Fundamental - EF (5º ao 8º ano)	14.324.220	7.144.352	49,88
Ensino Médio - EM (1º ao 3º ano)	8.272.159	4.535.078	54,82
Educação Profissional - EP	790.142	409.975	51,89
Educação de Jovens e Adultos - EJA	4.902.374	2.489.746	50,79
Educação Superior (pública)	1.273.965	662.219	51,98
Educação Superior (privada)	3.806.091	2.110.609	55,45

In: MEC/INEP/DEED: Sinopse da Educação Básica/2010 e Sinopse da Educação Superior/2009. Brasília.

Não estamos negando a necessidade e a importância das ações realizadas nas últimas décadas com o objetivo de garantir o amplo acesso ao ensino fundamental e a melhoria de sua qualidade assim como a ampliação de matrículas no ensino médio e na educação superior, que também promoveu a elevação da escolaridade das mulheres. No entanto, é preciso realizar um esforço no sentido de integrar as políticas educacionais, uma vez que “todas as desigualdades se reforçam mutuamente” e o caminho para o enfrentamento das diferenças produzidas a partir das múltiplas desigualdades requer ações articuladas e planejadas conjuntamente:

Como no caso do Brasil, imensas desigualdades regionais, étnicas e de classe social fazem com que as desigualdades de gênero pareçam relativamente menos importantes, quando de fato todas as desigualdades se reforçam mutuamente, agravando exponencialmente seus efeitos. Por exemplo, a falta de segurança, que pode chegar a extremos de risco de vida para frequentar escolas noturnas em locais afastados, certamente afeta mais gravemente as meninas pobres e negras. (Barroso, 2004: 578-79)

IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS COM ENFOQUE ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Com relação a implementação da agenda étnico-racial nas políticas educacionais, constata-se algumas mudanças significativas, mas que ainda são insuficientes para uma “reversão do quadro de desigualdades nos sistemas de ensino” (s. Cavalleiro, 2008). Uma importante iniciativa nessa direção diz respeito à inclusão do item cor/raça no censo escolar realizado anualmente pelo INEP a partir do ano de 2005. Contudo, a coleta de dados por cor

ou pertencimento étnico-racial apresenta graves lacunas, uma vez que não se constitui em um quesito obrigatório. Existem escolas que não desejam, ou não consideram importante, repassar essa informação para o Ministério da Educação. Elas podem assinalar a opção “não declarada” na questão cor/raça constante no questionário sobre os/as alunos/as, que – segundo informações do INEP – costuma ser preenchido por algum/a técnico/a que trabalha na secretaria ou pelo/a diretor/a da escola. A omissão ou não-declaração do pertencimento étnico-racial dos/as estudantes tem sido a opção mais recorrente no preenchimento dos dados por parte das escolas (acima de 50 %) como podemos observar no quadro a seguir:

Brasil - Número de aluno(a)s e estudantes por raça/cor em 2007						
	Total	Não Declarada (%)	Branca	Negra (pretos e pardos)	Indígena	Amarela
EF (1º ao 4º ano)	17.385.472	8.918.056 (51,30)	3.778.358	4.528.959	86.261	73.838
EF (5º ao 8º ano)	14.324.220	8.177.834 (57,09)	2.824.747	3.206.362	42.145	73.132
EM (1º ao 3º ano)	8.272.159	4.904.357 (59,29)	1.620.265	1.679.304	20.233	48.000
Educação Profissional	790.142	443.201 (56,09)	209.461	131.990	1.853	3.637
EJA	4.902.374	2.635.113 (53,75)	738.046	1.492.825	19.391	16.999
Ed. Superior (pública)	1.273.965	<i>Dados não foram coletados ou disponibilizados</i>				
Ed. Superior (privada)	3.806.091	<i>Dados não foram coletados ou disponibilizados</i>				

In: MEC/INEP/DEED: Sinopse da Educação Básica/2010 e Sinopse da Educação Superior/2009. Brasília.

Embora diversas pesquisas já tenham demonstrado as interferências das discriminações étnico-raciais nos processos de constituição das identidades e das relações sociais de crianças negras no âmbito da escola (s. Cavalleiro, 2000; Garcia, 2007; Weller, 2008; Weller; Silveira, 2009) a política de silenciamento em torno do tema ainda é visível. Existem muitas barreiras a serem vencidas para que ações concretas de fato ocorram, por exemplo, a implementação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que incluíram a obrigatoriedade do ensino da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo escolar, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura

Afro-Brasileira e Africana, lançadas como parte do processo de implementação da lei em maio de 2009, sobretudo nos espaços em que deveria acontecer a formação dos professores, ou seja, nas universidades. Ao mesmo tempo, constatam-se nos últimos anos algumas ações e parcerias entre a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação/MEC e universidades públicas no sentido de oferecer cursos de formação continuada para professores/as que se encontram atuando em escolas públicas.

O curso Educação-Africanidades-Brasil, uma parceria MEC/Secad e UnB/FE-CEAD, integrou o conjunto de ações do Programa de Ações de Educação Continuada de Ensino de História e Culturas Afro-brasileiras e Africanas, nos anos de 2006 e 2007. O curso foi oferecido à distância, a professores/as da rede pública de todas as regiões do Brasil, com coordenação geral em Brasília. Esse curso pretendeu alcançar vinte e cinco mil cursistas, mas ao final atendeu apenas dez mil¹. O curso Africanidades, por ter sido uma ação de grande alcance e com coordenação centralizada, teve dificuldades relacionadas à falta de encontros presenciais para discussão, de laboratórios de informática com acesso à internet, impedindo o contato entre cursistas e tutores/as, de professores/as pouco alfabetizados/as tecnologicamente etc. Contudo, o curso possibilitou acesso a material e debate crítico sobre o tema a muitos/as professores/as.

A partir do ano de 2008, a formação a distância para as temáticas da diversidade ficou sob a responsabilidade da *Rede de Educação para a Diversidade*, um dos programas que buscam promover a igualdade étnico-racial e de gênero/sexualidade que destacaremos neste artigo.

Criada em 2008, a Rede tem como objetivo “estabelecer grupo permanente de instituições públicas de educação superior dedicadas à formação continuada, semipresencial, de profissionais da rede pública da educação básica e à produção de material didático-pedagógico específico.”² A implementação da Rede articula os sistemas de ensino para a inclusão dos temas da diversidade nas práticas de ensino das redes públicas. Isto ocorre com a adesão das instituições públicas de educação superior - IPES³, pertencentes ao Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, e das Secretarias de Educação dos Estados, Municípios e Distrito Federal, sob a coordenação do MEC, que oferece suporte técnico e financeiro ao Programa de Formação para a Diversidade, implementando cursos por meio do Sistema UAB/CAPES.

No que diz respeito às temáticas de gênero, raça e sexualidade, a Rede de Educação para a Diversidade vem, desde 2008, atualizando os editais, e ofereceu dezesseis cursos, no último edital nº 28/2009, dentre eles: Gênero e Diversidade na Escola; Educação para a Diversidade; Educação de Jovens e Adultos na Diversidade; Produção de Material Didático para a Diversidade; Educação para as Relações Étnico-Raciais; Educação em Direitos Humanos; Educação e Saúde; Formação de Gestores para Programas de Educação Escolar Indígena; Formação de Professores na temática Culturas e História dos Povos Indígenas.

Os cursos compreendem um total de 90 a 240 horas, podendo ser desenvolvidos como cursos de extensão, aperfeiçoamento ou especialização. No caso dos cursos de especialização, eles podem ser compostos de um curso básico, de 180 horas, somado a outro curso específico, para compor a carga horária mínima de 360 horas. Sempre oferecidos na modalidade à distância,

nos diversos pólos da UAB. Dentre os cursos ofertados pela Rede, o curso Gênero e Diversidade na Escola foi o que obteve maior número de professores/as e de universidades envolvidas na oferta do mesmo desde o ano de 2008. Nesse sentido, faremos a seguir uma breve descrição do curso e dos resultados alcançados.

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA

Em 2006, o curso Gênero e diversidade na escola foi desenvolvido como projeto piloto, oferecendo-se 1.200 vagas, em seis municípios de diferentes regiões do país⁴. Essa ação foi resultado de uma parceria da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) com o Ministério da Educação, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), o British Council e o Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/UERJ)⁵. A partir de 2008, o curso passou a ser ofertado pela Rede, mantendo a articulação com a SPM e a SEPPIR.

O curso, ofertado para profissionais da rede pública de Educação, visa a atualização nas temáticas de gênero, sexualidade e orientação sexual, e relações étnico-raciais. Foi estruturado em cinco módulos, sendo quatro deles temáticos: Diversidade, Gênero, Sexualidade e Orientação Sexual, Raça e Etnia e Avaliação. A intenção é que o debate entre os temas seja realizado de forma articulada, fornecendo elementos para transformar as práticas de ensino, desconstruir preconceitos e romper o ciclo de sua reprodução pela escola.

O material inicial foi produzido por especialistas de cada área, convidados/as pelo CLAM e passou por discussão, avaliação e revisão após a primeira edição piloto (2006). Cada GDE realizado nos Estados, a partir de 2008, pelas IPES/SE, manteve os módulos base e a estrutura do curso, mas fez suas adaptações relacionadas às peculiaridades regionais. Por exemplo, distância dos municípios, número de professores/as atendidos/as, acesso aos Núcleos de Tecnologias (NTE). Além disso, houve produção de materiais complementares, como apostilas, livros e vídeos.

O curso GDE ofereceu mais de treze mil vagas, em 2008/2009, como extensão, na modalidade à distância. Em 2009/2010, foram mais de dez mil vagas, entre extensão e especialização. Estão envolvidas aproximadamente 40 instituições de ensino superior conforme quadro a seguir:

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA			
2008/2009			
nº	IES	Modalidade	Vagas
1	UEG	Extensão	350
2	UFG	Extensão	320
3	UFMS	Extensão	150
4	UNB	Extensão	280
5	IFPA	Extensão	350
6	UFPA	Extensão	300
7	UEMA	Extensão	1.000
8	UFAL	Extensão	300
9	UFMA	Extensão	240

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA			
2009/2010			
nº	IES	Modalidade	Vagas
1	UNEB	Especialização	320
2	UFPI	Extensão	300
3	UFS	Extensão	300
4	FURG	Extensão	150
5	IFCE	Especialização	580
6	UFES	Extensão	540
7	UFLA	Especialização	200
8	UNIFAP	Extensão	180
9	UFMT	Extensão	600

10	UFPB	Extensão	520
11	UFPE	Extensão	300
12	UFRPE	Extensão	300
13	UEPG	Extensão	1.500
14	UFSC	Extensão	500
15	UNIMONTES	Extensão	540
16	UNESP	Extensão	1.080
17	UERJ	Extensão	3.000
18	UFMG	Extensão	360
19	UFOP	Extensão	490
20	UFSCAR	Extensão	1.460
TOTAL			13.340

10	UFBA	Extensão	3.600
11	UFPR	Extensão	240
12	UNICENTRO	Extensão	500
13	UPE	Extensão	300
14	UFT	Extensão	490
15	UFAM	Extensão	360
16	UNIVASF	Extensão	120
17	UEMS	Especialização	800
18	UFRN	Extensão	540
19	UFRR	Extensão	120
-	-	-	-
TOTAL			10.240

Os números apontam que estão acontecendo algumas iniciativas na formação continuada de professores/as no que diz respeito à Educação para a diversidade e enfrentamento das discriminações de gênero, étnico-raciais e de orientação sexual no âmbito das instituições escolares, uma vez que essas temáticas praticamente não são trabalhadas na formação inicial de professores/as e demais profissionais da educação. Importa, contudo, que as políticas públicas e suas ações tenham acompanhamento e continuidade no que se refere aos programas de formação continuada de professores/as. Um curso de extensão ou especialização, por melhor elaborado e executado que seja, não garante mudança na prática pedagógica dos/as professores/as. Para que isso ocorra, é importante que as referidas ações de formação sobre as temáticas da diversidade sejam ampliadas para gestores/as e demais funcionários/as da escola e que estejam contempladas no Projeto Pedagógico da escola, envolvendo assim toda comunidade escolar.

A partir da experiência com o curso Gênero e Diversidade na Escola no âmbito do Distrito Federal⁶ foi possível observar nos fóruns de debate, nos encontros presenciais e nos trabalhos finais um processo de reflexão por parte dos/as cursistas, o que pode ser considerado um primeiro passo para o desvelamento e a desconstrução de preconceitos arraigados, como podemos observar em alguns comentários postados pelas cursistas:

Desde modo o Curso de extensão Gênero e Diversidade na Escola, concebido em parceria GDE/UNB buscou propor uma formação continuada, que tinha como principal característica a reflexão coletiva e individual, como também o debate tendo em vista contribuir para superar e suprimir as atitudes preconceituosas e discriminatórias na escola. Associação da reflexão com os debates me fez repensar em vários conceitos que foram construídos ao longo da minha história de vida e de certa forma a buscar um novo olhar para as verdades absolutas que nos deparamos no dia-a-dia (cursista 1ª turma GDE/DF, sexo feminino).

Bom, tem sido muito importante participar deste curso, quando estou lendo os textos, as animações, as opiniões dos autores sobre o tema, as pesquisas e conceitos científicos, a postura política pedagógica e governamental, me leva a profundas reflexões e muitas vezes me vejo “viajando” na leitura e me reportando a diversas situações que já aconteceram e continuam acontecendo em nossas vidas, desde a infância até os dias de hoje... Portanto, com a leitura dos textos e as reflexões obtidas, pude perceber que essas diferenças sociais, a discriminação de cor e raça, as desigualdades sociais afetam em muito as nossas vidas, e hoje ainda continuamos sofrendo esses preconceitos.

Mas também compreendo que daquele tempo para cá muitas mudanças já aconteceram, leis decretadas, posturas modificadas. Mas é preciso fazer mais, é preciso mudar o pensamento infantil (na escola) na construção de um povo mais unido sem preconceitos, onde uns respeitam os outros pelo que são e não pelo que aparentam ser ou ter. Todos precisam ter as mesmas oportunidades de crescimento, de progresso, ser livres para criar e pensar e construir o melhor (cursista 1ª turma GDE/DF, sexo feminino).

Alguns conceitos novos me chamaram a atenção, algumas colocações de colegas, das tutoras. As diferenças e a identidade sexual de cada um deve ser respeitado, embora seja ainda muito difícil aceitar algumas práticas pela questão cultural e de religião que são muito fortes para mim, porém tento respeitar e aceitar, não convivo com pessoas homossexuais de perto, então não tenho experiência prática para falar. Concordo com os temas e as questões, com os conceitos discutidos, pretendo continuar minhas leituras e me interar mais com os assuntos afins (cursista 2ª turma GDE/DF, sexo feminino).

Após todas essas discussões, esses debates e essa gama de conhecimento que o curso nos proporciona, tenho a convicção que gostaria de me aprofundar num trabalho com os próprios professores, pois vejo que nós, como educadores, temos pouco conhecimento sobre a diversidade. Percebi nesse curso que o tema é pouco discutido, e somos nós, como formadores de opinião, quer queiramos ou não, que estaremos contribuindo para uma maior compreensão dos problemas que afligem nossa sociedade. Assim sendo, percebo que as dúvidas e inquietudes sempre existirão, não somente através dos textos que estudamos, mas principalmente através daquilo que cada um vivenciou nas aulas e nos debates aqui realizados. Mas que, através de cursos e diálogos vários, poderemos dar essa contribuição a cada um que vive ao nosso redor, na nossa rua, no nosso trabalho, na nossa comunidade (cursista 2ª turma GDE/DF, sexo feminino).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESAFIOS E PROBLEMAS A SEREM SUPERADOS

A luta por igualdade étnico-racial e de gênero e pela ampliação do acesso à uma educação de qualidade iniciou quando as estatísticas ainda apresentavam um outro quadro. Contudo, ainda existem barreiras a serem superadas no ensino médio, educação profissional e educação superior de forma que possamos atingir não só a equidade, mas também a paridade étnico-racial e de gênero nos diversos campos de atuação profissional. Sobretudo os cursos universitários apresentam distorções de gênero, raça e classe que levaram a uma categorização e estigmatização de alguns deles: os cursos de menor prestígio e com salários menores são cursados por mulheres negras e/ou de camadas populares que não puderam frequentar uma escola particular. No entanto, essa diferenciação não resulta apenas do tipo de escola, ou seja, particular ou pública. As diferenças que levam rapazes a optar por uma determinada área e moças por outra, são produzidas tanto nas escolas públicas como particulares e precisam ser enfrentadas nesta etapa de ensino se quisermos ampliar os campos de atuação profissional tanto para homens como para mulheres.

Nesse sentido, é preciso que ocorram mudanças curriculares que promovam a reflexão, o debate e a percepção dos arranjos sociais estabelecidos na escola e na sociedade. É importante que professores/as, gestores/as e demais profissionais da educação percebam que para romper com os modelos educacionais vigentes e poucas vezes questionados fazem-se necessárias ações políticas que promovam a constituição de novas formas de relação entre os diversos sujeitos envolvidos nas práticas educativas e escolares, tanto dentro como fora da escola:

As transformações possíveis para desestabilizar a ordem instituída devem ser uma ação cotidiana, localizada, e os sujeitos devem se reconhecer como participantes das relações de poder na trama da produção, reprodução e desestabilização das representações de masculino e feminino que produz diferenças, que instituem as desigualdades (Grösz, 2008:142).

Percebe-se nesses últimos anos um esforço no sentido de promover um debate maior sobre essas questões assim como projetos voltados para a valorização e o respeito às diferenças no âmbito da escola. Como já afirmado anteriormente, esses investimentos vêm sendo realizados, sobretudo na formação continuada de professores da educação básica, ou seja, para aqueles que já se encontram atuando nas escolas. No entanto, também é preciso investir na formação continuada de gestores/as e dirigentes que não estão sensibilizados e preparados para lidar com essas questões. Algumas pesquisas realizadas demonstram que os programas ou projetos desenvolvidos nas escolas acontecem de forma isolada ou pontual – geralmente por iniciativas de professores/as e alunos/as –, e poucas vezes são incorporados no projeto político pedagógico da escola como um todo (s. Grösz, 2008). A formação inicial, ou seja, os cursos de Pedagogia e Licenciaturas que estão preparando futuros/as professores/as, gestores/as e demais profissionais da educação constituem um terceiro campo que carece de maiores investimentos para que as mudanças esperadas aconteçam de fato:

Nenhuma legislação, norma ou política educacional consegue imprimir uma transformação imediata. Contudo, as políticas educacionais são necessárias para o fortalecimento dos/as agentes educacionais, o que só pode ser garantido pela formação continuada sobre as temáticas que estruturam a desigualdade (gênero, raça, etnia, classe social entre outras), e incentivo de uma reflexão permanente sobre o cotidiano da escola. Não só na formação continuada de profissionais da educação, mas também na formação inicial, nos cursos de formação destes profissionais nas universidades (Grösz, 2008:142).

Apesar das dificuldades e resistências encontradas com relação à implementação das políticas e propostas sugeridas pelos movimentos sociais e pelos órgãos públicos (entre outros: MEC, SPM e SEPPIR), alguns programas de pós-graduação em educação assim como cursos de licenciatura, vêm desenvolvendo pesquisas, introduzindo disciplinas na grade curricular dos cursos de graduação e de pós-graduação e desenvolvendo cursos de formação continuada para professores/as, com o intuito de promover a construção da igualdade étnico-racial, de gênero e de sexualidade, buscando treinar o olhar dos profissionais da educação para as discriminações latentes nas escolas e em outros espaços de formação e incentivando o desenvolvimento de ações nos espaços em que atuam.

(Endnotes)

- 1 Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana (http://www.mp.pe.gov.br/uploads/bGGikz17byQwrMAFK30Yfw/planonacional_10.6391.pdf).
- 2 Manual Operacional da Rede de Educação para a Diversidade disponível no sítio www.mec.gov.br/secad. (Edital N° 28 de 23 de novembro de 2009).

- 3 Universidades Federais e Estaduais, Centros Federais de educação tecnológicas e institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (www.uab.capes.gov.br/).
- 4 Porto Velho, da região Norte, Salvador, da região Nordeste, Niterói e Nova Iguaçu, da região Sudeste, Dourados, da região Centro Oeste e Maringá, da região Sul.
- 5 cf. GROESZ, 2008.
- 6 A oferta do curso no Distrito Federal ficou sob responsabilidade do grupo de pesquisa GERAJU da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília em parceria com a EAPE/SEDF. Para maiores informações cf. www.fe.unb/geraju.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROSO, Carmen. *Metas de desenvolvimento do milênio, educação e igualdade de gênero. Cadernos de Pesquisa*, set./dez. 2004, vol.34, no.123, p.573-582. ISSN 0100-1574.
- BELCHIOR, Ernandes B. *Não deixando a cor passar em branco: o processo de implementação de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- BRANDÃO, André A. (org.) *Cotas Raciais no Brasil: a primeira avaliação*. Rio de Janeiro: LPP; DP&A, 2007.
- CAVALLEIRO, Eliane S. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- CAVALLEIRO, Eliane S. A educação das relações étnico-raciais em compasso de espera. *Política Democrática*. Caderno de Debates da Fundação Astrojildo Pereira. Brasília, Ano I, n.2, maio 2008, p. 65-70.
- COSTA, Sérgio. *Dois atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.
- FERES JR., João; ZONINSEIN, Jonas (orgs.). *Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas*. Brasília: Editora da UnB, 2006.
- GARCIA, Renísia C. *Identidade fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira: 1993-2005*. Brasília: INEP, 2007.
- GOSS, Karine Pereira. *Retóricas em disputa: o debate entre intelectuais em relação às políticas de ação afirmativa para estudantes negros no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- GRÖSZ, Dirce M. *Representações de gênero no cotidiano de professoras e professores*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, 2008.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e Anti-racismo no Brasil*. São Paulo. Fundação de Apoio a Universidade de São Paulo. Editora 34, 2002.
- HOLANDA, Maria Auxiliadora G. P. *Trajetórias de vida de jovens negras da UnB no contexto das ações afirmativas*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- INEP. Sinopse Estatística da Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, 2008.
- INEP. Sinopse Estatística da Educação Superior. Brasília: Ministério da Educação, 2008.
- MADSEN, Nina. *A construção da agenda de gênero no sistema educacional brasileiro (1996-2007)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SANTOS, Sales A. *Movimentos negros, educação e ações afirmativas*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2008

VIANNA, Cláudia Pereira e UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. *Cadernos de Pesquisa*, jan./abr. 2004, vol.34, no.121, p. 77-104.

WELLER, Wivian. Redução das desigualdades de gênero e raça na Universidade de Brasília. In: Dilvo Ristoff; et al.. (Org.). *Simpósio “Gênero e indicadores da educação superior brasileira”*. Brasília: INEP, 2008, p. 153-176.

WELLER, Wivian; SILVEIRA, Marly. Ações afirmativas no sistema educacional: trajetórias de jovens negras da universidade de Brasília. *Revista Estudos Feministas*, Dez 2008, vol. 16, nº 3, p. 931-947.

Sites

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

www.mec.gov.br/secad

SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

www.presidencia.gov.br/spmulheres/

SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir

SNJ - Secretaria Nacional de Juventude

www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sec_geral/Juventude/

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

www.inep.gov.br

UNESCO Brasil

www.brasilia.unesco.org